



ACÓRDÃO Nº1665/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12189/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Maria Dalzira de Sousa Pimentel (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4789/2023-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “A”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Instituto da Mulher Dona Lindu, relativo ao **exercício de 2021**, de responsabilidade da **Sra. Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, no cargo de Diretor e Ordenadora de despesa, nos termos do artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa a Sra. Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, no valor de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), pelo envio intempestivo dos balancetes das competências de janeiro, fevereiro e setembro de 2021, sendo **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por mês de competência atrasado, conforme se infere da restrição 7 do Relatório Conclusivo nº 49/2023-DICAD (fls. 2226/2241) de responsabilidade desta gestora, impropriedade também elencada neste Relatório/Voto, com base no art. 308, I, “A” da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM e **fixar prazo de 30 dias**, para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão



ACÓRDÃO Nº1665/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "A", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Recomendar** à atual administração do Instituto da Mulher Dona Lindu, por meio da extração de cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, a adoção de medidas com o fito de evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.
- 10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno, que notifique a **Sra. Maria Dalzira de Sousa Pimentel**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;
- 10.5. Arquivar** os autos, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, na forma do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 27ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Agosto de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.



ACÓRDÃO Nº1665/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral